

O Favor revisitado e um caso pitoresco

Gisálio Cerqueira Filho¹

RESUMO

Uma reflexão sobre o favor, ideologia e prática, é sinteticamente realizada na perspectiva do debate rigorismo (jansenismo) *versus* laxismo (os inacianos) no Brasil. Sustenta-se a hipótese, testada nas nossas mais recentes pesquisas, sobre a magnitude do tomismo e da sua influência na história da formação social brasileira. Um fragmento de lembrança, por pitoresco é recordado.

Palavras-chaves: ideologia do favor – tomismo – prática política.

ABSTRACT

The essay analyses favor relations, ideology and political *praxis*, concerning the debate among Jansenism and Laxism (from Jesuits) in Brazil. The hypothesis that is tested in our researches is that Thomism is strong and influent in Brazilian society. A fragment of memory is remembered.

Key-words: ideology of favor – Thomism – political *praxis*.

Recentemente lia o pequeno artigo de Chico de Oliveira no livro que homenageia Roberto Schwarz e deparei-me com interessante observação a ressaltar-lhe a capacidade de (Roberto) “valorizar o trabalho dos outros... e recusar o jeitinho brasileiro de, sob o pretexto da amizade, às vezes meramente expressão corporativa sem nenhum afeto real, evitar a crítica, substituindo-a pelo compadrio” (OLIVEIRA, 2007; 147-149). E logo em seguida Oliveira sugere o ensaio “*Discutindo com Alfredo Bosi*” em “Sequências Brasileiras” como sendo, talvez o melhor exemplo (SCHWARZ, 1990: 61-86).

Tenho uma dupla “dívida de gratidão” para com Roberto Schwarz. Discuto com ele (SCHWARZ, 1977) e Maria Silvia de Carvalho Franco (FRANCO, 1974) na minha tese de Doutorado (CERQUEIRA FILHO, 1982).

Também eu me interrogava se a expressão “idéias fora do lugar” não “carregava nas tintas”, exagerando o aspecto postiço e de *non-sense* em detrimento dos reais efeitos que o liberalismo produzia maximizando a exploração, inclusive quando combinado com a escravidão (CERQUEIRA FILHO, 1982; 1978; 1988). Mas no geral, aceitava a hipótese de Roberto Schwarz.

¹ Cientista político, Professor Associado Doutor, do Departamento de Ciência Política da UFF e Professor Titular de Sociologia.

De outro lado, eu desejava de discutir o quanto o favor e a ideologia que lhe é correlata (ideologia do favor), realizando os efeitos de subordinação política próprios do compadrio e da conciliação, podem e devem ser pensados também como “dádiva de camaradagem”² e neste caso, desvinculando-se do favor como reificação do poder e controle cravados no “amor do censor”.

Discuti com Gizlene Neder, que preparava a sua dissertação de mestrado no IUPERJ (NEDER, 1979), sobre o pensamento político de Joaquim Nabuco sobre a utilização da expressão (des)ajuste para o liberalismo de Nabuco na virada do século IX/XX para uma dialética entre o impróprio/ próprio; postiço/ adequado; desajustado/ ajustado do liberalismo no Brasil com relação aos interesses de classe e grupos sociais específicos.

Desde então a professora avançou muito, seja pesquisando a simultaneidade da impropriedade/propriedade do liberalismo no Brasil (NEDER, 1995), seja quando estuda o iluminismo jurídico-penal luso-brasileiro e o associa ao tomismo vigente (idéias de Santo Tomás de Aquino) (NEDER, 2000).

Nesta obra, e já desdordando do favor propriamente dito, Gizlene Neder enfatiza o absolutismo ilustrado pombalino que clama por obediência e submissão (*perinde ac cadáver*). A pedra de toque deste mágico projeto é a influência da Universidade de Coimbra (e de sua reforma) na formação jurídica brasileira. Aí, malgrado a expulsão dos padres da Companhia de Jesus no período pombalino, o jesuitismo católico romano fornece régua e compasso para a vida e para a morte exigindo submissão absoluta (*magister dixit*). A autora observa ser o chamado “método sintético e compendário” um dos mais caros expedientes ao processo pedagógico.

Um pouco mais tarde Gizlene Neder seguirá investigando a influência do catolicismo romano já agora no Projeto de Código Civil encomendado pelo imperador Pedro II ao jurisconsulto Teixeira de Freitas e comentado pelo jurista português Visconde de Seabra. Também coordenará um amplo projeto de pesquisa sobre as querelas que o Código Civil brasileiro, afinal promulgado em 1916, produziu especialmente no que concerne aos debates sobre o casamento como contrato (Código napoleônico) e o

² A expressão “dádiva de camaradagem” é utilizada por Mário de Andrade em carta à cantora Rosetta de Souza Cresta, mãe de Isolda Cresta, datada de 02/08/1926 e cuja divulgação, pela primeira vez, foi feita por Carlos Drummond de Andrade na sua tradicional coluna do Jornal do Brasil.

casamento como sacramento (Código Canônico e novamente a influência do catolicismo romano) (NEDER & CERQUEIRA FILHO, 2007).

Neste ponto é que gostaria de comentar um aspecto convergente com o pensamento de Roberto Schwarz em relação a Alfredo Bosi, como sabemos um escritor e pesquisador católico romano.

Mas antes quero relatar o episódio, por pitoresco, que vivi com Roberto Schwarz quando do meu exame de qualificação do doutorado (CERQUEIRA FILHO, 1979) ocorrido na USP em 29/06/1978.

Já havia feito uma exposição sucinta do plano de trabalho que esperava desenvolver no doutorado, inclusive no que se refere à formulação das hipóteses; uma delas relativa ao pensamento de Roberto Schwarz e à questão das “idéias liberais fora do lugar”. Defendia o meu ponto de vista de que o liberalismo no Brasil estava e não estava no lugar; refletia sim interesses específicos, mas também produzia um efeito postivo curioso de *non-sense*. Precisamente neste momento entra na sala de defesa do exame, no *campus* da USP, alguém um pouco mais velho do que eu, com uma capa de chuva, tipo sobretudo, dessas que vai dos ombros ao rés dos pés, de cor bege. Detalhe: fazia sol... Tomei-o por um curioso qualquer, um estudante de pós-graduação interessado no tema ou naquele exame de qualificação. Ou ainda, quem sabe, um orientando de um dos examinadores. Os presentes totalizavam umas dez pessoas.

Mal ficara sentado uns quinze minutos o novo participante já estava falando e justamente acerca da hipótese relativa ao pensamento de Roberto Schwarz. Ele dizia não estar plenamente de acordo com o meu raciocínio de que Roberto não contemplasse os interesses específicos de classes e grupos sociais. Recordo-me ter dito que considerava uma “pimentinha” o tal caráter de *non-sense* do liberalismo no Brasil. Houve breve e respeitosa alteração e como ninguém mais participara do debate segui adiante. Terminados os trabalhos, o meu orientador pergunta-me se eu sabia quem era a pessoa da capa que entrara atrasado e ainda acabara formulando questões e indagações. À minha resposta negativa, Guilhon Albuquerque me diz que se tratava do próprio Roberto Schwarz em pessoa...

Soube depois que ele havia recém chegado da França e entrara por acaso na sala onde se realizava o exame, cujo anúncio estava num quadro de avisos. Desculpei-me então com ele, pois não o conhecia pessoalmente e, sobretudo, agradei o fato de não ter se

identificado na hora do exame, mas somente ao seu término. Caso contrário, eu provavelmente teria ficado muito nervoso e certamente constrangido. Verificava ali, *in locu*, o acerto da assertiva de Chico de Oliveira ao dizer que Roberto era tipo de “valorizar o trabalho dos outros”...

Entretanto, por pitoresco, o episódio não se encerrava aí. Mais de vinte anos depois, leio o depoimento de Zulmira Ribeiro Tavares (TAVARES, 2007) que, apresentada a Roberto por Gita e Jacó Guinsburg em 1964 ou 65, diz ter seguido os curso de filosofia que lá ocorriam ministrados por Anatol Rosenfeld. Diz ainda ter a recordação vaga de encontrar Roberto Schwarz em vários lugares da cidade de São Paulo, mas a lembrança precisa é a de vê-lo na Casa de Goethe ou no cine Majestic. Pois um dia não mais o encontrava em lugar nenhum. Assim Zulmira narra como soubera da sua partida para a França.

“...Anatol Rosenfeld trouxe-me a notícia esclarecedora. Àquela hora Roberto já se encontrava em Paris, tendo atravessado conhecida fronteira para sair do Brasil. Houve um complemento à informação transmitida com gravidade mas sem exclusão de certo tom conspiratório e algum humor. Pois na ocasião da partida havia ocorrido uma troca de sobretudos entre os dois amigos. Por certo, o de Anatol estaria mais de acordo com o clima europeu. Contudo, talvez o que ficara consigo fosse de melhor qualidade, ou mais a seu gosto. Para quem aprecia aventuras, ou gosta de reinventar o passado com tinturas amenas, pode-se ainda aventar a hipótese que o motivo fora a cor. Ele teria atravessado a fronteira a pé confundindo-se com as sombras da noite graças ao novo sobretudo” (TAVARES, 2007:139) .

Desde então Zulmira não veria mais Roberto, embora acompanhasse seus escritos, como eu também acompanhava. Zulmira narra ainda que quando escrevia o ensaio para o livro de Maria Elisa Cavasco e Milton Ohata (orgs.) “Um Crítico na Periferia do Capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz”, ele leu o artigo de sua autoria *Com Roberto Schwarz depois do Telejornal*. Aproveitou então para perguntar acerca “...do episódio dos sobretudos trocados, se estava correto. Respondeu-me que não se tratava de sobretudos, e sim de capas de chuva. A troca ocorrera porque o de Anatol seria mais dobrável...” Se Zulmira prefere deixar que permaneçam os sobretudos para, como diz, “fixar o modo como as primeiras impressões do seu trabalho, atuação e amizade” chegaram até ela; eu, pelas mesmas razões, prefiro que permaneçam as capas de chuva e gosto de imaginar se não teria sido “**aquela**” a capa de chuva do dia do meu exame de qualificação.

Voltemos agora à instigante análise que Roberto Schwarz faz do livro de Alfredo Bosi e aos pontos de convergência que eu próprio assinalava na página 4 do presente texto. Roberto observa algo que eu e Gizlene Neder temos chamado atenção nas nossas mais recentes pesquisas sobre o tomismo e sua influência na história da formação social brasileira.

Discutindo com Alfredo Bosi, e distanciando-se de qualquer mesura que o favor pudesse comportar, dando razão assim a Chico de Oliveira, Roberto Schwarz observa que Bosi “não é católico para uso apenas particular, mas também nas concepções e na escrita, o que traz uma nota inesperada ao debate” (SCHWARZ, 1990). Há aqui uma sutil observação acerca da possibilidade de um tema sociológico ser tratado por um viés religioso (e fundamentalista) que o marque de forma indelével. E não foi o que aconteceu com Augusto Teixeira de Freitas, que preferiu ceder à loucura a ceder ao direito canônico, no que concerne ao casamento como sacramento? Não se colocou o eminente jurista contra a ruptura do vínculo do casamento civil (o divórcio), mesmo para os representantes estrangeiros no Brasil e acatólicos, conforme recomendava Nabuco de Araújo no Parlamento imperial? (CERQUEIRA FILHO & NEDER, 2007).

Roberto Schwarz chama atenção para o fato de que hoje o debate é habitualmente agnóstico. Eu diria parece ser... E ele acrescenta: “se não me engano, o incômodo é semelhante àquele causado por declarações públicas de ateísmo” (SHWARZ, 1990); indagando a seguir: “por que não guardar para si as convicções sobre assuntos tão privados?”

Esta observação é realizada com *esprit de finesse*, mas sem concessão ao favor e ao compadrio, ainda mais quando sabemos do notável impacto das idéias religiosas vinculadas ao tomismo, seja combatendo a escola de horário integral (Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Leonel Brizola), seja tomando posição contra a descriminalização do aborto, a defesa da união civil entre pessoas do mesmo sexo, a pesquisa com células-tronco, para citar alguns exemplos.

No pensamento católico romano no Brasil, o “jansenismo” e o jesuitismo (tomista) são denominações para as ideologias que animam e sustentam o debate sobre as políticas de educação e as reformas desde os tempos de Anísio Teixeira.

O debate rigorismo (jansenismo) *versus* laxismo (os inacianos), avança da confissão sacramental para a penitência e absolvição, requisitos prévios para a comunhão; daí para o meio jurídico-político especialmente português, e sobretudo, a partir do Marquês de Pombal. A expressão ainda hoje recorrente no foro, nos tribunais, nos julgamentos, utilizada como moeda corrente por advogados, juristas, juízes, sugere o que pode acontecer se escapamos do jansenismo pascalino e avançamos na flexibilização sugerida pelos formidáveis agentes da globalização da fé, os seguidores de Inácio de Loyola. Laxismo, laxante, laxo, descontrola, descontrola dos intestinos, “a merda que vem por aí” se nos afastamos dos princípios que regem a educação fundamental de que o “direito de educar é exclusivo da família”, como sustentava Étienne Pascal, chegando a impedir que o filho dele, Blaise Pascal, frequentasse a escola... Desde este ponto de vista, e já passados 200 anos, a escola pública de horário integral e laica será ainda vista como uma aberração que deve ser barrada na França.

Há que se ressaltar ainda no que concerne à escola pública e de qualidade, mas de massa, uma certa omissão relativa à identificação da ideologia jansenista e pessimista da predestinação, de natureza teológica agostiniana, que tanto marcou Portugal, na raiz do freio e do travo das lutas e novas conquistas do povo brasileiro (NEDER & CERQUEIRA FILHO, 2006).

A crítica de Roberto, todavia, não exclui as contribuições positivas de Alfredo Bosi, “para quem o obscurantista-mór são as nossas elites” (SCHWARZ, 1990). E resalta as conclusões de Bosi, vindas pela *esquerda* do pensamento católico, (isto porque recorre à análise metodológica *marxiana*), na crítica à colonização predatória das elites.

Neste contexto a resistência viria das lutas realizadas pelos setores populares, reservando-se especial lugar “para o encontro produtivo, e sobretudo não destrutivo, entre as esferas letrada e letrada, de modo que a identidade popular não se apague ao assimilar a outra”(SCHWARZ, 1990: 68).

Se o inverso não chega a ser recomendado claramente, as razões lá estão: “a devoção comunitária e a intimidade animista com a natureza, próprias à cultura popular,

poderiam infundir humanidade ao individualismo e ao racionalismo falso da nossa elite ilustrada”.

A conclusão mais geral está posta:

O sentido comunitário, a confiança na providência divina e o materialismo animista seriam respostas profundas à falsa racionalidade moderna. (SCHWARZ, 75).

Stamos interessados em discutir com Schwarz e Bosi acerca de como se relacionam liberalismo e escravidão ao longo do século XIX no Brasil.

Tomamos como indício de prova da funcionalidade escravista do liberalismo, porém a serviço de uma certa feição desconjuntada, o exemplo de Schwarz: as simpatias britânicas de Bernardo Pereira de Vasconcelos que, se não “impedem de promover o tráfico negreiro (o aspecto funcional do liberalismo), por outro fazem que ele pareça monstruoso a um bom inglês, como o reverendo Walsh” (SCHWARZ, 1990: 82-83). Apesar de adaptado, o liberalismo e demais instituições modernas não deixavam de ter uma conotação absurda num país onde prevalecia a escravidão.

O historiador Carlo Ginzburg nos oferece um exemplo bem interessante quando aborda o liberalismo de Voltaire numa perspectiva inusitada, funcional e realista, mas que não deixa de produzir um efeito de *nonsense* no ensaio ironicamente intitulado “Tolerância e Comércio: Auerbach lê Voltaire” (GINZBURG, 2007: 112-139). Isto por volta de 1756, quando Voltaire trabalhava no “Essai sur les mœurs” e no “Poème sur le desastre de Lisbonne”.

Contavam-se em 1757, na São Domingos francesa, cerca de 30 mil pessoas e 100 mil escravos negros ou mulatos, trabalhando nas usinas de açúcar, nas plantações de índigo, de cacau, que abreviam a sua vida para satisfazer aos nossos novos apetites, atendendo a nossas novas necessidades, que nossos pais não conheciam. Vamos comprar esses negros na Costa da Guiné, na Costa do Ouro, na Costa do Marfim. Há trinta anos conseguia-se um bom negro por cinqüenta libras; é mais ou menos mais barato que um boi gordo (...). Nós lhes dizemos que eles são homens como nós, que são redimidos pelo sangue de um Deus morto por eles, e os fazemos trabalhar como animais; eles são alimentados; se tentam fugir, cortam-lhes a perna e os mandam girar no braço a roda de um moinho de cana, depois de lhe porem uma perna de pau. E ante isso ousamos falar do direito das gentes! Esse comércio não enriquece um país;

ao contrário, faz perecer homens, causa naufrágios; não é, sem dúvida um verdadeiro bem; mas como os homens criaram para si novas necessidades, ele evita que a França compre caro do estrangeiro um supérfluo que se tornou necessário”

Assim, ficam aqui expostas algumas convergências e divergências sobre o favor e recuperado um pitoresco fragmento de lembrança...

Referências Bibliográficas:

- CERQUEIRA FILHO, Gisálio & NEDER, Gizlene. “Conciliação e Violência na História do Brasil: uma interpretação dos aspectos ideológicos da literatura didática do 1º grau”, in *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, nº 2, 1978, pp. 189-220.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene. “*Sinfonia Inacabada: Augusto Teixeira de Freitas, a Consolidação da Legislação e o Esboço de Código Civil para o Brasil*”, in Gizlene Neder (org.). *História e Direito*, Rio de Janeiro, Editora Revan/ FAPERJ, 2007, pp.95/ 109.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. “Em Busca do Oriente Perdido”, in *Revista Novos Rumos*, Rio de Janeiro, 1988.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. “Lo Proprio e lo Ajeno 500 años Después: en busca del Oriente perdido”, in: *Revista Iberoamericana*, Tóquio/Japão, vol. XI, nº 2, 1989.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Ideologia do Favor e a Ignorância Simbólica da Lei*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial/ RJ, 1993.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A Questão Social no Brasil: análise do discurso político*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, Coleção Retratos do Brasil, v.162, 1982.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Análise Social da Ideologia*. São Paulo: E.P.U., 1988.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Reflexões em torno de uma Teoria do Discurso Político*, Rio de Janeiro: Edições Achiamé, 1979.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. “Corruption et Representation Sociale” in: *Deviance et Societé*, Genève, Suisse, vol XIII, nº 3, 1989.
- FRANCO, Maria Silvia de Carvalho. *Homens Pobres Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo: Ática, 1974.
- GINZBURG, Carlo. “Tolerância e Comércio: Auerbach lê Voltaire”, in *O fio e os Rastros – verdadeiro, falso, fictício*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.112/ 139.
- MARX, Karl. “A teoria moderna da colonização”, in *O Capital*, vol. 1, cap. 25.
- NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Criminologia e Poder Político: sobre Direitos, História e Ideologia*. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris. 2006.
- NEDER, Gizlene e CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Idéias Jurídicas e Autoridade na Família*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.
- NEDER, Gizlene. *Compromissos Conservadores do Liberalismo no Brasil*, Rio de Janeiro: Edições Achiamé, Coleção Textos Paralelos, 1979.
- NEDER, Gizlene. *Discurso jurídico e Ordem Burguesa no Brasil*, Porto Alegre: Sergio Fabris Editor, 1995.
- NEDER, Gizlene. *Iluminismo Jurídico-Penal Luso-Brasileiro: obediência e submissão*, Rio Janeiro: Freitas Bastos Editora/Instituto Carioca de Criminologia, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. “Um Crítico na Periferia do Capitalismo”, in Maria Elisa Cavasco e Milton Ohata (orgs.) *Um Crítico na Periferia do Capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 147/ 149.

SCHWARZ, Roberto. “Discutindo com Alfredo Bosi”, in *Seqüências Brasileiras*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 61/ 86.

SCHWARZ, Roberto. *Ao Vencedor, as Batatas*, São Paulo: Editora Duas Cidades, 1977.

SCHWARZ, Roberto. *Machado de Assis: um Mestre na Periferia do Capitalismo*, São Paulo: Editora Duas Cidades 1990.

TAVARES, Zulmira Ribeiro. “Com Roberto Schwarz depois do Telejornal”, in Maria Elisa Cavasco e Milton Ohata (orgs.), *op. cit.* pp. 138/ 145.